



FECTRANS

Federação dos **CCTP** Transportes e Comunicações

INTERSINDICAL NACIONAL

28 Outubro 2008

PELO CUMPRIMENTO DAS LEIS NAS EMPRESAS DO SECTOR PÚBLICO

VIGILIA/CONCENTRAÇÃO junto ao ministério dos transportes de 3 a 7 de Novembro 08

E o Governo não tem que respeitar a lei nas empresas que tutela? É a pergunta que qualquer trabalhador faz, quando confrontado com as inúmeras violações da legislação nas empresas do sector público.

Direitos como o da greve na CP, da negociação colectiva na Carris,, CTTs e STCP, da actividade sindical nos sector aeroportuário, o respeito pelos AEs e direitos como por exemplo no Metro do Porto, e EMEF, etc, são sistematicamente postos em causa, perante a passividade dos governantes, os mesmos que nomearam os autores destas violações da lei.

Perante a dimensão actual deste problema, continuamente repetido, apesar de até haver decisões do tribunal e da ACT a condenar as empresas, a FECTRANS- Federação dos Sindicatos dos Transportes e Comunicações, decidiu promover uma **vigilia/concentração, a decorrer de forma ininterrupta, a partir do dia 3 até ao dia 7 de Novembro, em frente ao Ministério dos Transportes.**

Esta vigilia/concentração, terá a participação dos dirigentes, delegados e activistas sindicais e de todos os que se quiserem manifestar contra a prepotência dos administradores de algumas empresas públicas de transportes e comunicações, perante a passividade do Governo.



programa

3 de Novembro

A partir das 9h00m - Organizações da CARRIS

4 de Novembro

Organizações da CP, EMEF, Metro do Porto e dos STCP.

10h - Reunião do secretariado da FECTRANS

18h - Debate «E o Governo não tem que respeitar a Lei?» - Para este debate foram convidados os grupos parlamentares.

5 de Novembro

Organizações do Metropolitano de Lisboa

18h- Debate - «Economia mundial e crise do capitalismo»

6 de Novembro

Organizações dos CTTs

18h- Convívio

7 de Novembro

Organizações dos Aeroportos/Sector aéreo.

16 - Encerramento da iniciativa.

Esta iniciativa funciona de forma permanente entre 3 e 7 de Novembro e todos os trabalhadores podem participar nela, nos dias e horas em que entenderem.



O Código do Trabalho do Governo do PS tem forte oposição dos trabalhadores do sector de transportes e comunicações, conforme foi bem demonstrado no passado dia 1 de Outubro, no dia Nacional de Luta promovido pela CGTP-IN, em que se verificaram inúmeras lutas com greves, plenários e manifestações.

Rodoviária da Beira Litoral, greve com 90% de adesão; Rodoviária de Entre Douro e Minho - greve com 70%; Rodoviária do Tejo - greve com 50% de adesão e TST - greve com 50% de adesão.

Igualmente greves no Grupo Transdev com adesões de 70% na empresa Linhares; 95% na Minho Bus; 98% Transurbanos de Braga e 78% Transurbanos de Guimarães.

Transportadora Lusitânea 98% de adesão à greve. No transporte pesado de passageiros - Plenário e manifestações em Coimbra, com mais de 200 trabalhadores e greve na Joauto com 90% de adesão e 99% na Moisés.

No sector ferroviário greves na CP - com adesão global superior a 70% na CP, o que provocou supressão de centenas de comboios de passageiros e mercadorias e levou à desorganização do serviço prestado nesse dia, estando muitos serviços praticamente encerrados, como por exemplo as bilheteiras de norte a sul. Na REFER igualmente forte adesão, que originou o fecho de quase todos os serviços fixos e o controlo de circulação funcionou a meio gás, com o recurso a inúmeras violações da lei da greve. O Governo e administrações enviaram a policia para reprimir os piquetes de greve em Penafiel e Braço de Prata. Na EMEF a adesão foi superior a 95%.

Na Soflusa, os trabalhadores paralisaram a 100% no dia, numa luta de 3 dias e na Transtejo a paralisação de 2 horas, para plenário teve uma adesão de %.

Na Carris realizou-se um plenário de ORT's, com deslocação ao Ministério do Trabalho e no Metropolitano de Lisboa, um plenário que contou com a presença de 150 trabalhadores na Pontinha.

Nos CCTs os trabalhadores estiveram em greve no dia 30 com uma adesão de 54,6% e realizaram uma concentração nos Restauradores c/ deslocação ao Ministério dos Transportes. No dia 1 a greve teve igual adesão e realizaram uma concentração junto ao Ministério do Trabalho.

LUTA CONTRA O CÓDIGO DO TRABALHO NÃO TERMINOU

Apesar do Governo ter imposto a «vontade» da maioria absoluta para aprovar, na generalidade, o Código do Trabalho, este ainda não é Lei.

Há ainda um percurso de discussão na Assembleia da República, onde podem ser introduzidas alterações, pese embora o Governo procure demonstrar um autismo total aos protestos dos trabalhadores, já que está submetido aos interesses dos grande patronato e detentores do poder económico e financeiro.

A luta contra este Código do Trabalho vai continuar, porque o mesma encerra enormes ataques aos direitos dos trabalhadores, como a desregulamentação da organização dos tempos de trabalho, aponta para o aumento da mobilidade funcional e a polivalência funcional. Pretende acabar com toda a actual contratação colectiva, que é onde estão consignados a esmagadora maioria dos direitos dos trabalhadores. Procura, igualmente, facilitar os despedimentos,

A luta vai continuar contra esta revisão da legislação laboral e pela mudanças de políticas, que esta crise do sistema capitalista veio demonstrar serem, cada vez mais, necessárias